



Número: **0818248-44.2018.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **19/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 14.989,20**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Obrigação de Fazer / Não Fazer, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|-------------------------|
| PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO (AUTOR) | | CIRA SAKER MONTEIRO ROSA (ADVOGADO) RAMON ALEXANDRINO COELHO DE AMORIM (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | | |
| DPSEG SERVICOS DE SEGUROS EIRELI - EPP (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 3169272 | 19/08/2018 12:31 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 3169274 | 19/08/2018 12:31 | DOC PESSOAIS E PROC PAULO | Procuração |
| 3169275 | 19/08/2018 12:31 | ATESTADO MEDICO PAULO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169276 | 19/08/2018 12:31 | BOLETIM OCORRENCIA | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169277 | 19/08/2018 12:31 | DECL HIPOF RICARDO.compressed | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169278 | 19/08/2018 12:31 | FICHA ATEND PAULO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169279 | 19/08/2018 12:31 | PAULO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169280 | 19/08/2018 12:31 | PRONTUARIO HU PAULO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169281 | 19/08/2018 12:31 | PRONTUARIO HUT PAULO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169282 | 19/08/2018 12:31 | RECEITAS E NOTA | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169283 | 19/08/2018 12:31 | sentença | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 3169284 | 19/08/2018 12:31 | SINISTRO CANCELADO | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA __VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PI.

PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO, brasileiro, portador do RG nº 3.460.650 SSP/PI, CPF nº 069.875.073-09, residente e domiciliado na localidade Santo Antonio, s/n, zona rural, cidade: Batalha, CEP: 64190-000, por intermédio de seus advogados e procuradores *in fine* assinado, instrumento de mandato em anexo à presente (DOC. 01), com endereço profissional na Rua Dr. Arêa Leão, nº 380, Sala 02, Edifício Orphila Leão, Centro-Sul, Teresina-PI, e-mail csakermr@hotmail.com, onde recebe as intimações de estilo, vem, com a devida vênua, à honrosa presença de Vossa Excelência, com fundamento na Lei **n.º 6.194/74 e demais legislações pertinentes**, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA CORRESPONDENTE A SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT por sua parceira BALCOR ASSESSORIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 09.248.608/0001-04, sediada na Avenida River, 247 - Sala 2 São Cristóvão, Teresina, CEP: 64052-010 e **DPSEG SERVIÇOS DE SEGUROS LTDA com sede na Travessa Coronel Silvio Van Erven, 83 – Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP: 80730-170**, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE

DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor e sua família encontram-se debilitados financeiramente, não podendo arcar com as custas iniciais de ingresso sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme documentos anexos.

O autor era trabalhador rural após o acidente não pode mais trabalhar. Sua família é de baixa renda conforme se verifica nos documentos junto a exordial.

Recentemente, entrou em vigor o NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, que seu art. 98 e ss., assim disciplinou:

*Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para para pagar as custas **as despesas processuais e os honorários advocatícios sem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.***

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.



§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Assim, para o deferimento da assistência judiciária, nos termos do artigo 4º da lei nº 1.060/50, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

Segundo a lei basta o simples requerimento na própria petição inicial e a qualquer momento do processo, para ver deferida a concessão do benefício. Senão vejamos:

"Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. § 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais."

Desta forma, o que se conclui é que as pessoas físicas possuem presunção de veracidade de suas alegações de insuficiência de recursos, devendo ser deferido os benefícios da justiça gratuita ao requerente.

1. SINOPSE FATICA

O peticionário foi acometido de acidente de trânsito em data de 16/10/2015, por volta das 23hs quando trafegava pela rodovia OPI-PI-117, pilotando no veículo automotor PAS/MOTO MODELO HONDA/CG 150 START, cor preta, placa PIH-2777-PI, ano fabricação 2015, CHASSI: 9C2KC1670FR538923.

O autor afirma quando trafegava pela localidade Caraíbas, Zona Rural, do município de Batalha PI, foi surpreendido por jumento, que cruzou a pista repentinamente, sendo que ao tentar desviar do animal perdeu o controle da moto e caiu. Foi socorrido e levado para Hospital Estadual "Julio Hartman, na cidade de Esperantina-PI, onde recebeu os primeiros socorros depois foi transferido para Hospital HUT em Teresina-PI, onde passou por exames e depois foi transferido para Hospital Universitário, onde passou por cirurgia no quadril do lado direito.

Em decorrência deste acidente o mesmo FICOU COM LESÃO NO QUADRIL COM FRATURA EM ACETABULO, SENDO REALIZADA OSTEOSINTESE EVOLUINDO COM DOR INTENSA SEM CONDIÇÕES LABORATIVAS.

Vale ressaltar que do nefasto acidente resultou, para o requerente SEQUELAS DEFINITIVAS CONFORME LAUDOS MEDICOS. **O REQUERENTE ENCONTRA SE IMPOSSIBILITADO PARA TRABALHO EM DECORRENCIA DO ACIDENTE** COM PERDA FUNCIONAL, ENFERMIDADE INCURÁVEL E PERMANENTE COM LIMITAÇÃO FUNCIONAL, em razão do ora relatado, o que se traduz certamente em INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL por



acidente, o que autoriza o recebimento integral do seguro DPVAT.

Considerando que o acidente, em comento, ao resultar debilidade permanente, como concluído pelo médico, lhe tornou **permanentemente inválido para o desempenho de sua profissão habitual, futura, ou qualquer outra, de forma digna e segura.**

Desta forma, o demandado deverá, de acordo com a lei vigente que assegura as vítimas de acidente de trânsito em caso de invalidez permanente, efetuar o pagamento no importe de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

O postulante pleiteou administrativamente o recebimento do prêmio na quantia prevista em lei. **Em 04/05/2017 o pedido foi cancelado, sinistro número 3160113426, sendo que a seguradora responsável não efetuou pagamento de qualquer quantia.**

TJ-RJ - APELACAO APL 149344320098190001 RJ 0014934-43.2009.8.19.0001 (TJ-RJ)

Jurisprudência•Data de julgamento: 26/08/2010

Ementa: SUMÁRIO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) COBRANÇA DE DIFERENÇA - PRESCRIÇÃO (Art. 206 , § 3º , IX , do Código Civil)- RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO (Art. 557 , caput, do CPC). O **requerimento administrativo suspende o curso** da prescrição, que somente recomeça a fluir a partir da resposta da Seguradora acerca de eventual pagamento. A teor do Art. 206 , § 3º , IX , do Código Civil , prescreve em 3 (três) anos a pretensão do beneficiário contra o Segurador, impondo-se ao Juiz decretar a extinção do processo, se decorrido o **prazo prescricional**

AGRAVO DE INSTRUMENTO DIES A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL INDENIZAÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DPVAT ARTIGO 206, PARÁGRAFO 3º, INCISO IX DO CÓDIGO CIVIL DATA DA CIÊNCIA DA CONSEQÜÊNCIA INCAPACITANTE DA LESÃO INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS SÚMULAS 229, 278 E 405 DO STJ LAUDO OFICIAL QUE CONCLUI A INCAPACIDADE PERMANENTE SER DECORRENTE DA EVOLUÇÃO DA LESÃO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO FEITO APÓS O LAUDO SUSPENDE O CURSO DA PRESCRIÇÃO DEFERIMENTO DE PAGAMENTO PELA SEGURADORA E RETOMADA DO CURSO DO PRAZO DE PRESCRIÇÃO, COM CONSIDERAÇÃO DO PERÍODO ANTERIOR, DECORRIDO ENTRE A CIÊNCIA DA INCAPACIDADE E O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO AÇÃO QUE VISA AO PAGAMENTO DE DIFERENÇA ENTRE O VALOR PAGO E O VALOR CONSIDERADO DEVIDO NÃO DECORRIDOS TRÊS ANOS VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO QUE NÃO PERMANECEU INERTE, MAS SUBMETEU-SE A TRATAMENTO E A LAUDOS, TENDO EFETIVADO O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO APÓS E LOGO APÓS A CIÊNCIA DA CONSEQÜÊNCIA INCAPACITANTE DA LESÃO ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO AFASTADA.ÔNUS DA PROVA DA PERÍCIA RELATIVA À NEGATIVA DE INCAPACIDADE ARTIGO 333 DO CPC SE O AUTOR TRAZ PROVA DA INCAPACIDADE, POR MEIO DE LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO-LEGAL (PROVA JÁ RECONHECIDA ADMINISTRATIVAMENTE PELA SEGURADORA, QUANDO DO PAGAMENTO, CONSIDERADO PARCIAL), E A SEGURADORA NEGA A INCAPACIDADE, A PROVA DO FATO QUE NEGA E DESCONSTITUI O PEIDDO E A PROVA PRODUZIDAS PELO AUTOR É DE ÔNUS DA SEGURADORA. IMPOSIÇÃO DE PAGAMENTO DA PERÍCIA À



SEGURADORA-RÉ SIMPLES APLICAÇÃO DA REGRA PROCESSUAL, NÃO OPERADA INVERSÃO.VALOR DE REMUNERAÇÃO DE PERÍCIA UTILIZAÇÃO ANALÓGICA DE TABELA APROVADA POR DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR MEIO DA DEFENSORIA PÚBLICA (DELIBERAÇÃO 92), PARA REMUNERAÇÃO DE PERITOS, EM CASO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, PARA OS CASOS DE BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PERTINÊNCIA.AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE. ACOLHIDO APENAS NO QUE DIZ RESPEITO AO VALOR DE REMUNERAÇÃO DE PERÍCIA.

(TJ-SP - AI: 5861828320108260000 SP 0586182-83.2010.8.26.0000, Relator: Alfredo Attié, Data de Julgamento: 26/07/2011, 27ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/07/2011).

A entrada administrativa suspende a prescrição do prazo que começa a fluir da resposta da seguradora. Então o postulante faz jus a indenização de R\$ 13.500,00.

A reclamada contrariou as normas vigentes da indenização de **SEGURO DPVAT, ao não pagar ao postulante** administrativamente, já que em caso de **debilidade permanente**, o valor estipulado pela Lei 6.194/74, é no importe de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** e para despesas médicas o valor de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**. **Já que o postulante anexou o laudo que comprova sua invalidez.**

Apesar da via administrativa não ser um percurso obrigatório para pleitear seus direitos, principalmente pelo fato de está debilitado, esta, de boa-fé, buscou realizar seu direito de maneira amigável, no entanto, o que teve em troca foi à postura intransigente das requeridas, que negaram, sem qualquer motivo justo, a verba indenizatória de acordo com os parâmetros legais.

Desta forma, a demandada violou a lei vigente que assegura a vítima de acidente de trânsito em caso de invalidez permanente o importe de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

Ademais, sendo a responsabilidade da seguradora ré de modo objetivo, não há argumentos para a demandada se eximir do cumprimento de sua obrigação em adimplir o direito do suplicante em auferir a verba indenizatória devida, sendo que o mesmo recorre ao judiciário visando à cobrança do seguro por invalidez com base na fundamentação a seguir apresentada e que remonta ao valor de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais), conforme disciplinamento contido no art. 3º, II, da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/2007.

Ademais, sendo a responsabilidade da seguradora ré de modo objetivo, não há argumentos para a demandada se eximir do cumprimento de sua obrigação em adimplir o direito do suplicante em auferir a verba indenizatória devida, sendo que o mesmo recorre ao judiciário visando à cobrança do seguro por invalidez com base na fundamentação a seguir apresentada e que remonta ao valor de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais), conforme disciplinamento contido no art. 3º, II, da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/2007.

Desta forma, a demandada devera indenizar o requerente no valor de **R\$**



13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), correspondente a invalidez permanente.

O Autor, para comprovar o seu direito, juntou a presente diversos documentos, entre os quais: boletim de ocorrência policial, prontuário da internação, diversos exames, etc

2. DO DIREITO

O acidente supra mencionado, acarretou ao Requerente invalidez permanente para trabalho, conforme doc em anexo.

A Lei 11.945/09, que alterou os artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74. trouxe novos parâmetros a serem observados no momento da aplicação do montante indenizatório.

O artigo 8º da lei 11.482/07 altera os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passando a vigorar com as seguintes alterações:

“art. 3º - os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreende as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada”.
(...)

II - até R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) – no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

No caso de **Invalidez Permanente**, o pagamento da indenização de Seguro DPVAT, conforme determina a lei 6.194/74 com as alterações da lei 11.482/07, **deverá ser de 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).**

Impende mencionar que a própria Lei 6194/74, em seu artigo 5º, § 1º determina que a indenização seja paga com base **no valor vigente na época da ocorrência do sinistro**, senão vejamos:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela MP 340/06).

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

Pelo texto legal acima, para prova do acidente basta a simples juntada do



registro de ocorrência no órgão policial competente, via de regra o chamado boletim de ocorrência.

Ocorre Excelência os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

Não obstante a simplicidade atribuída pela lei, para entrega do prêmio, na prática o comando legal não se aplica, já que as seguradoras dificultam o recebimento da recompensa, tornando a espera desgastante, apesar de ser um direito líquido, certo e exigível.

O caso em comento deve ser analisado pela norma vigente na data em que ocorreu o acidente, ou seja, no dia 21 de fevereiro de 2016. Assim, aplicável será inciso II, do art. 3º, da Lei 6194/74, alterado pela Medida Provisória 340, de 29/12/2006, convertida na 11.482/2007.

O Seguro obrigatório, diferente dos outros contratos desta espécie, é regulado por legislação específica, visto que a indenização é tarifada e insuscetível de transação. Desta feita, as partes não podem determinar a respeito dos valores especificados em lei. O rigor do preceito legal, pela especificidade do seguro em comento, tem por finalidade assegurar a parte mais fraca da relação contratual, no caso, o beneficiário.

No mais em consonância com o comando legal, a autora pode ingressar em juízo visando o recebimento do que é de direito junto a qualquer seguradora integrante do convenio DPVAT, provando o nexo de causalidade e a luz do acidente relatado.

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

São deveres das Seguradoras Requeridas, cumprir em com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no



recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE:

SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA** - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE – COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - **GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE** - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “*o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente*”.

Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a



prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, **pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social**. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de



adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. **Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória.** 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça. Outro julgado trata do tema, trazendo a certeza do direito do requerente em buscar no Poder Judiciário o valor devido pela Seguradora -requerida, conforme a seguir posto:

"Configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima atropelada ao seguro obrigatório -DPVAT, em face aos danos causados por veículos automotores. Inteligência do artigo 3º. Da lei



N. 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Lei n.8441/92 que não traz distinção quanto a espécie de invalidez".(Ap. n. 4413597/DF (97061), 5ª turma Cível do TJDF, Rel. Dácio Vieira. J. 23.06.1997, Idem)." (GRIFO NOSSO).

Caso vossa Excelência entenda necessário a realização de perícia segue os quesitos a serem analisados.

NO TOCANTE AS DESPESAS MEDICAS, A PETICIONARIA FAZ JUS AO RECEBIMENTO, CUJO VALOR É DE R\$ 1.489,20 (HUM MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS, CONFORME REZA O ART. 3º, III, DA LEI 6194/74, FAZENDO A AUTORA JUNTAR A PRESENTE OS COMPROVANTES DEMONSTRANDO REFERIDAS DESPESAS.
QUESITOS PARA REAUZACÃO DE PERICIA

- "1) HOUVE OFENSA A INTEGRIDADE FÍSICA OU A SAUDE DO PACIENTE?
- 2) QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE A PRODUZIU?
- 3) TAIS LESOES PODERAO TER SIDO PROVOCADAS POR ACIDENTE DE TRAFICO?
- 4) RESULTARA INCAPACIDADE PARA AS OCUPACOES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS, OU PERIGO DE VIDA, OU DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO?
- 5) RESULTARA INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO OU ENFERMIDADE INCURAVEL, OU PERDA OU INUTILIDADE DE MEMBRO SENTIDO OU FUNCAO OU DEFORMIDADE PERMANENTE?
- 6) HÁ OUTROS DADOS JULGADOS UTEIS A FORNECER?
DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

b) a citação da empresa demandada no endereço inicialmente indicado para comparecer as audiências designadas e, querendo, contestar a ação, sob pena de revelia e confissão quando à matéria de fato;

c) **A concessão da justiça gratuita**, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

d)A parte Autora opta pela realização de audiência conciliatória (CPC, art. 319, inc. VII), razão qual requer a citação da Promovida, por carta (CPC, art. 247, caput) para comparecer à audiência designada para essa finalidade (CPC, art. 334, caput c/c § 5º), devendo, antes, ser analisado o pleito de tutela de urgência;

e) Que seja julgada PROCEDENTE a presente para o fim de impor a condenação da requerida ao pagamento do Seguro DPVAT no importe de **R\$ 14.989,20 (quatorze mil e novecentos e oitenta e reais e vinte centavos)**, devidamente corrigido, com acréscimos de



juros e correção monetária, contados da data do evento danoso, em face da INVALIDEZ PERMANENTE DA SUPPLICANTE E DAS DESPESAS MEDICAS, conforme determina a Lei 6.194/74, com as respectivas alterações da Lei 11.483/07.

f) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

f.1) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

g) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios no importe de 20% sobre o valor causa;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Atribui à causa o valor de **R\$ 14.989,20 (quatorze mil e novecentos e oitenta e reais e vinte centavos)**.

Termos em que roga e espera deferimento, por ser medida da mais LIDIMA JUSTIÇA

Teresina (PI), 08 de agosto de 2018.

Cira Saker Monteiro Rosa
OAB/PI 7126
Ramon Alexandrino Coelho de Amorim
OAB/PI 12203



SAKER & ALEXANDRINO
ADVOCACIA
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): Paulo Ricardo de Freitas Carvalho, brasileiro, casado, lavrador, RG nº 3.460.630 SSP/PJ, CPF nº 069.875.073-09, residente e domiciliado na Localidade de Santo Antônio S/N, Batalha/PJ, CEP 64.190-000.

OUTORGADO(S): CIRA SAKER MONTEIRO ROSA, brasileira, advogada, OAB/PI 7126 e RAMON ALEXANDRINO COELHO DE AMORIM, brasileiro, advogado, OAB/PI 12203, ambos com escritório profissional no endereço infra timbrado.

PODERES: Confere(em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", a fim de que, possa realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive requerer falência e concordata, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações, defender-me(nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

Teresina (PI), 11 de 12 de 2017.

Outorgante(s): Paulo Ricardo de Freitas Carvalho

CIRA SAKER
OAB/PI 7126

RAMON ALEXANDRINO
OAB/PI 12203

Rua Dr. Alípio Leão, 380 - Sala 02 - Centro/Sul
CEP: 64001-310 - Fone: 3323-7391 - Teresina - PI - Brasil

Rua Neco Teixeira, 554-A - Centro
Aguá Branca - Piauí - Brasil



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



Paulo Ricardo de Freitas Carvalho
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.460.650 DATA DE EXPIRAÇÃO 27/05/10

NOME PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO

FILIAÇÃO MARIA HELENA FREITAS VICENTE DA COSTA CARVALHO

NATURALIDADE ESPERANTINA-PI DATA DE NASCIMENTO 19/02/1992

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 28591 L 33A F 85 EXP ESPERANTINA-PI 12/01/09

CPF 0764.8819.5AA1.6F76

LEI Nº 7.116 DE 29/08/93 - DECRETO Nº 89.250/93

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número 069.875.073-09

Nome PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO

Nascimento 19/02/1992

CÓDIGO DE CONTROLE 0764.8819.5AA1.6F76



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 10:59:27 do dia 20/02/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO

DATA DE NASCIMENTO 19/02/1992 Nº INSCRIÇÃO 0419 2362 1511 ZONA 04 SEÇÃO 00

MUNICÍPIO / UF BATALHA/PI DATA DE EMISSÃO 03/12/2015

JUZ. ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



Paulo Ricardo de Freitas Carvalho
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.940.748/0001-85 | Ins. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 06/98

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓD

1582546-9

Nº da Nota Fiscal: 001125926

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

| CONTA MÊS | VENCIMENTO | CONSUMO (kWh) | TOTAL A PAGAR (R\$) |
|---------------|------------|---------------|---------------------|
| DEZEMBRO/2017 | 03/01/2018 | 84* | 45,02 |

PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO
LC SANTO ANTONIO S/N B-RURAL
CPF: 00006987507309
CEP: 64.190-000 - BATALHA

ROT: 140.311.18.84.252006

| DADOS DA LEITURA | | DATAS DA LEITURA | |
|-----------------------------|-------|------------------|------------|
| Atual: | 805 | Atual: | 27/12/2017 |
| Anterior: | 721 | Anterior: | 27/11/2017 |
| Constante de Multiplicação: | 1,000 | Próxima Leitura: | 26/01/2018 |
| Consumo Medido: | 84 | Tarifa Social: | 27/12/2017 |
| Consumo Faturado: | 84 | Apresentação: | 27/12/2017 |

NORMAL

| DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA | | | | |
|------------------------------|---------|----------------|-------|----------------------------|
| Classe/Subclasse | Ligação | Número Medidor | Posto | Código Pat. Média 12 meses |
| RESID.BX-RENTA | MONO | A1836219 | | 1.4.1.1 72 |

| HISTÓRICO kWh | | DESCRIÇÃO DA CONTA | |
|----------------------|------------|---------------------------------|---------------------------|
| Mês/ano consumo | | | |
| NOV/17 | 90 | CONSUMO | 30 A R\$ 0,267463 = 8,02 |
| OUT/17 | 91 | | 54 A R\$ 0,458522 = 24,76 |
| SET/17 | 91 | CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) | 2,46 |
| AGO/17 | 90 | DIFERENÇA DE TARIFA | 32,62 |
| JUL/17 | 77 | SUBVENÇÃO BAIXA RENDA | 24,57 |
| JUN/17 | 101 | CORREÇÃO MONETARIA IG 09/17-00 | 0,24 |
| MAI/17 | 70 | MULTA POR ATRASO 09/17-00 | 0,69 |
| ABR/17 | 42 | MULTA POR MORA DE IMPO 09/17-00 | 0,80 |
| MAR/17 | 42 | JUROS DE MORA DE IMPO 09/17-00 | |
| FEV/17 | 27 | ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - | 1,34 |
| TARIFA SEM TRIBUTOS: | | | |
| 0 A 99 | - 8,201300 | | |
| 31 A 84 | - 8,345130 | | |

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

| Mes/Ano | Valor R\$ | Unidade Consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 11/01/2018, em função das contas reavaliadas nesta fatura. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA. Informamos ainda existir(em) contas vencidas(s) e já reavaliada(s) no valor de R\$ 47,99 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este av. so. |
|---------|-----------|---|
| 11/2017 | 50,34 | |

RESERVADO AO FISCO E754.2D64.0545.B14E.D282.177D.E401.2586

| COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$ | | IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$ | |
|---------------------------|-------|-------------------------|--------|
| Distribuição: | 14,07 | Base de Cálculo: | 65,40 |
| Energia: | 26,72 | Alíquota ICMS: | 20,00% |
| Transmissão: | 4,20 | Valor do ICMS: | 13,08 |
| Encargos: | 4,25 | Valor do PIS: | 0,54 |
| Tributos: | 16,16 | Valor do COFINS: | 2,54 |

INDICADORES DE CONTINUIDADE

| | | | | | | |
|------|-------|-------|------|------|-------|------|
| 6,87 | 13,74 | 27,48 | 3,67 | 7,35 | 14,70 | 3,97 |
| 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |



Assinado eletronicamente por: CIRA SAKER MONTEIRO ROSA - 19/08/2018 12:30:24

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18081912302481700000003074107>

Número do documento: 18081912302481700000003074107



Rua 04 de Outubro, 221 - Centro
98107-3619 Vivo
Telefones: (86) 3383-1788 Fixo
99934-0720 Tim
Email: clinicadrlisboa@hotmail.com
Esperantina - PI

Receituário

Nome: PAULO RICARDO FROITAS GUARANTO

ATOSTA DO MÉDICO:

Paciente portador de $US \pm S-32.9$, massi-
fundo de 90 (NOVENTA) dias de afastamen-
to médico.

RELATÓRIO MÉDICO:

Paciente vítima de queda de moto, com
fratura em ACETABULO (A), sendo realizada
OSTEOSINTESE $ho \pm 8$ m evoluindo com dor
constante.

Ao Exame radiológico apresenta 2 parafusos
em TETO ACETABULAR, todavia UM DESFE ENCONTRA-
-SE ARTICULAR em contato com a CAUSOA ARMOCAL
necessitando REMOÇÃO.
No momento sem condições laborativas

Data: 25, 07, 16

Dr. Leocádio Soares
Ortopedia e Traumatologia
CRM 4468 - TEOT 12409
Médico





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL ESTADUAL DR. JÚLIO HARTMAN
ESPERANTINA - PI.



RECEITUÁRIO

Paciente: _____

Relatório Médico:

Paulo Rivaldo Furtos Cavellho, 26 anos,
com dor em quadril @ após início
de atividades. Rx: Fratura consolidada
sem coxartrose.

Sugiro indicação de Atividade
laboral ou Afeto em tempo todo -
Lento de Atividade

05/05/18

Dr. José de Sampaio
Ortopedista / Cirurgião do Joelho
CRM-PI 4370 / CRM-MA 9345
TEOT 13855 / CNS 980016238053208

5324
M255

Em: ____/____/____

Médico





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE BATALHA
AV. GETÚLIO VARGAS, Nº 270, CENTRO.
FONE: 0xx86 – 9809-2508



BOLETIM DE OCORRÊNCIA - BO

NÚMERO: 006/2016.

NATUREZA: ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – QUEDA.

NOTICIANTE: PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO, natural de Esperantina/Pi, solteiro, com 23 anos de idade, lavrador, RG. 3.460.650-SSP/Pi, CPF: 069.875.073-09, filho de Vicente da Costa Carvalho e Maria Helena Freitas, residente na localidade "Santo Antonio", zona rural de Batalha/Pi.

HISTÓRICO:

O queixoso acima supracitado, compareceu a esta Delegacia de Policia a fim de notificar a Autoridade Policial que: Por volta das 23:00 hs. do dia 16/outubro/2015, trafegava pela Rodovia OPI-117, pilotando o veículo automotor: ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NENHUMA, DE MARCA/MODELO HONDA/CG 150 START, DE PLACA: PIH-2777-PI, CHASSI: 9C2KC1670FR538923, COR PRETA, ANO DE FAB. 2015, CATEGORIA PARTICULAR, EM NOME DE: MARIA HELENA DE FREITAS, sendo que o queixoso afirma que ao chegar na localidade "Caraibas", zona rural deste município, o mesmo afirma que foi surpreendido por um jumento, sendo que o queixoso afirma que ao tentar desviar do animal, o mesmo perdeu o controle da citada motocicleta e caiu. Que logo após o acidente, o queixoso afirma que foi socorrida para o Pronto Socorro do Hospital Estadual "Dr. Julio Hartman", na cidade de Esperantina/Pi, onde foi atendido pelo médico plantonista. Que no dia seguinte, o queixoso foi transferido para o H. U. T., em Teresina/Pi, onde passou por exames. Que depois o queixoso foi transferido para o Hospital Universitário, onde passou por cirurgia no quadril do lado direito. Que o queixoso afirma que em decorrência do acidente, o mesmo sofreu: "LESÃO NO QUADRIL COM FRATURA DO ACETADO", Conforme Ficha de Atendimento Médico de Urgência e demais exames.

Delegacia de Policia de Batalha/Pi, 14 de janeiro de 2016.

Paulo Ricardo de Freitas Carvalho

Noticiante

Mário Rocha Ribeiro
Escrivão de Policia
Mat. 029681

Escrivão de Policia





Para contato com a Eletrobras, informe este NÚMERO

SEU CÓDIGO
1582546-9

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.380-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de imposto autorizado pela SEFAZ da/PA

Nº da Nota Fiscal: 007705152

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

| | | | |
|-----------------|--------------------|-------|-------|
| DATA DE EMISSÃO | DATA DE VENCIMENTO | VALOR | VALOR |
| JUNHO/2018 | 03/07/2018 | 89 | 48,77 |

PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO
LC SANTO ANTONIO S/N B-RURAL
CPF: 00006987507309
CEP: 64.190-000 - BATALHA

| DADOS DA LEITURA | | DADOS DA LEITURA | |
|-----------------------------|-------|------------------|------------|
| Atual: | 1287 | Atual: | 26/06/2018 |
| Anterior: | 1198 | Anterior: | 25/05/2018 |
| Constante de Multiplicação: | 1,000 | Próxima Leitura: | 27/07/2018 |
| Consumo Medido: | 89 | Emissão: | 25/06/2018 |
| Consumo Faturador: | 89 | Apresentação: | 26/06/2018 |

| | | | | | |
|------------------|---------|----------------|-------|-------------|--------------|
| Classe/Subclasse | Ligação | Número Medidor | Posto | Código Pat. | Mês 12 meses |
| RESID. EX. RENDA | MONO | A1836219 | | 1.4.1.1 | 84 |

| HISTÓRICO DE CONSUMO | | VALORES A PAGAR | |
|----------------------|---------|--------------------------------|------------------|
| Mês/ano consumo | CONSUMO | 30 A R\$ | 0,279246 = 8,37 |
| MAI/18 | 83 | 59 A R\$ | 0,478722 = 28,24 |
| ABR/18 | 81 | | |
| MAR/18 | 70 | | |
| FEV/18 | 79 | | |
| JAN/18 | 80 | | |
| DEZ/17 | 84 | | |
| NOV/17 | 90 | | |
| OUT/17 | 91 | | |
| SET/17 | 91 | | |
| AGO/17 | 90 | | |
| TARIFA SEM TRIBUTOS: | | | |
| 0 A 33 - 0,204935 | | | |
| 31 A 83 - 0,351430 | | | |
| | | CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) | 2,68 |
| | | DIFERENÇA DE TARIFA | 35,71 |
| | | SUBVENCAO BAIXA RENDA | 26,23 |
| | | ADICIONAL BANDEIRA AMARELA | 0,08 |
| | | ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA | 1,82 |

| | | |
|---------|-----------|---|
| Mes/Anc | Valor R\$ | Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 11/07/2018, em função das contas reavaliadas nesta fatura, o não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SCENH. Informamos ainda existirem conta(s) vencida(s) e já reavaliada(s) no valor de R\$ 40,00 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este av. so. |
| 05/2018 | 48,35 | |

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVADO AO FISCO CCA3. C745. 2EFD. 6EEC. 2486. 1187. FB43. B011

| COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$ | | TAXAS E CONTRIBUIÇÕES - R\$ | |
|---------------------------|-------|-----------------------------|--------|
| Distribuição: | 15,16 | Base de Cálculo: | 72,32 |
| Energia: | 28,82 | Alíquota ICMS: | 22,00% |
| Transmissão: | 4,53 | Valor do ICMS: | 15,91 |
| Encargos: | 4,59 | Valor do PIS: | 0,59 |
| Tributos: | 19,22 | Valor do COFINS: | 2,72 |

| DETAΛHAMENTO DE PAGAMENTOS | | | | | | | |
|----------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Parcela | Parcela | Parcela | Parcela | Parcela | Parcela | Parcela |
| Parcela | 6,87 | 13,74 | 27,48 | 3,68 | 7,35 | 14,70 | 3,97 |
| Subtotal | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 |

ESPERANTINA 04/2018 11,53



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.380-5

SEU CÓDIGO
1582546-9

TOTAL A PAGAR - R\$
48,77

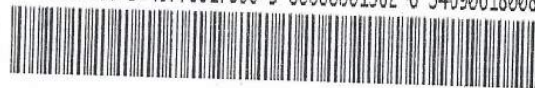
MÊS FATURADO
06/2018

VENCIMENTO
03/07/2018

Nº da Nota Fiscal:

007705152 FCAM

8364000000 3 48770017000 3 00000001582 6 54590618008 0



FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO – V7

I – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO DA FAMÍLIA

1.01 CÓDIGO FAMILIAR: 002556399-88

1.10 DATA DA ENTREVISTA: 18/12/2017

RENDIA PER CAPITA DA FAMÍLIA: R\$ 39,00

II – ENDEREÇO DA FAMÍLIA

1.11 - LOCALIDADE: ALTO DO MEIO

1.12 - TIPO: TRAVESSA

1.13 - TÍTULO: OUTROS

1.14 - NOME: RURAL

1.15 - NÚMERO:

1.16 - COMPLEMENTO DO NÚMERO: SN

1.17 - COMPLEMENTO ADICIONAL:

1.18 - CEP: 64190-000

1.20 - REFERÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO:

III – COMPONENTES DA FAMÍLIA

RESPONSÁVEL FAMILIAR

4.02 - NOME COMPLETO: DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO

4.03 - NIS: 16094827547

4.06 - DATA DE NASCIMENTO: 25/08/1967

4.07 - PARENTESCO COM RESPONSÁVEL FAMILIAR: CONJUGE OU COMPANHEIRO(A)

4.02 - NOME COMPLETO: ANTONIO CARLOS CARVALHO

4.03 - NIS: 16095076650

4.06 - DATA DE NASCIMENTO: 23/04/1964

CIRAS

Local e data

Delma Maria Fernandes Ribeiro
Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar (RF)

Carlos Roberto Carvalho
Assinatura do entrevistador/Responsável pelo cadastramento

Caso o RF não saiba assinar, o entrevistador registrará a expressão "A ROGO" e, a seguir, o nome do RF.
(A ROGO é a expressão jurídica utilizada para indicar que a identificação, substituindo a assinatura, foi delegada a outra pessoa)





Assinado eletronicamente por: CIRA SAKER MONTEIRO ROSA - 19/08/2018 12:30:24

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1808191230249600000003074110>

Número do documento: 1808191230249600000003074110

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
ASSINATURA DO TITULAR

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
CARTeira DE IDENTIDADE

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25-08-67

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FAZENDA E PLANEJAMENTO

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25-08-67

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25-08-67

CAIXA
PROGRAMA
Bolsa Família
Conta CAIXA Fácil

603689 0010 17746 3767
DILMA MARIA F RIBEIRO
3436 023 00007622-6 08/21

MAESTRO
Valid only in Brazil / Válido apenas no Brasil

VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
ATADE 04.09.92
XPRICA: 04.09.92

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
Raimundo P. Ribeiro
Maria Celista Fernandes

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25/08/1.967
DATA DE NASCIMENTO

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25/08/1.967
DATA DE NASCIMENTO

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25/08/1.967
DATA DE NASCIMENTO

VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
ATADE 04.09.92
XPRICA: 04.09.92

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
Raimundo P. Ribeiro
Maria Celista Fernandes

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25/08/1.967
DATA DE NASCIMENTO



DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25/08/1.967
DATA DE NASCIMENTO

DELMA MARIA FERNANDES RIBEIRO
NASCIMENTO: 25/08/1.967
DATA DE NASCIMENTO

CAIXA
PROGRAMA
Bolsa Família
Conta CAIXA Fácil

603689 0010 17746 3767
DILMA MARIA F RIBEIRO
3436 023 00007622-6 08/21

MAESTRO
Valid only in Brazil / Válido apenas no Brasil

| | | | | | | |
|---------------|----------|--|-----------|--|----------|--------------|
| FICHA A | |  SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA | |  | | UF PI |
| ENDEREÇO | | NÚMERO | | BAIRRO | | CEP |
| Santo Antonio | | 26 | | Z/R | | 641910-000 |
| DATA | SEGMENTO | ÁREA | MICROÁREA | FAMÍLIA | DATA | |
| 02/03/07 | 02 | 005 | 74 | 026 | 05-06-07 | |

CADASTRO DA FAMÍLIA

| PESSOAS COM 15 ANOS E MAIS NOME | DATA NASC. | IDADE | SEXO | ALFABETIZAÇÃO | | OCUPAÇÃO | DOENÇA OU CONDIÇÃO REFERIDA (SIGLA) |
|------------------------------------|---------------|-------|------|---------------|-----|-----------|--|
| | | | | SIM | NÃO | | |
| Monte da Costa Cavalho | 07/07/58 | 55 | M | X | | Lavadeira | |
| Mrs Helena de Freitas | 15/11/67 | 46 | F | X | | Lavadeira | DIA/HA |
| Paulo Enrique Freitas Cavalho | 28/05/89 | 24 | M | X | | Lavadeira | |
| Paulo Ricardo de Freitas Cavalho | 19/02/92 | 22 | M | X | | Lavadeira | |
| Mrs Paula de Freitas Cavalho | 02/03/94 | 19 | F | X | | Lavadeira | Gutierrez |
| José Pereira da Silva | 21/01/92 | 22 | M | | X | Lavadeira | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

CADASTRO DA FAMÍLIA

| PESSOAS DE 0 A 14 ANOS NOME | DATA NASC. | IDADE | SEXO | ALFABETIZAÇÃO | | OCUPAÇÃO | DOENÇA OU CONDIÇÃO REFERIDA (SIGLA) |
|--------------------------------|---------------|-------|------|---------------|-----|----------|--|
| | | | | SIM | NÃO | | |
| José Vicente Cavalho da Silva | 06/05/14 | 15d | M | | | | L |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

Síglas para a indicação das doenças e/ ou condições referidas

| | | |
|--------------------------|---------------------------|---------------------|
| ADD - Alcoolismo | EPI - Epilepsia | HAN - Hanseníase |
| CHA - Chagas | GES - Gestação | MAL - Malária |
| DEF - Deficiência Física | HA - Hipertensão Arterial | DME - Doença Mental |
| DIA - Diabetes | TB - Tuberculose | |





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
SUPERINTENDENCIA DE ASSISTENCIA A SAUDE-SUPAS
DIR. DE UNID. DE CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E AUDITORIA - DUCARA

SOLICITAÇÃO DE VAGA/TRANSFERENCIA

DATA: 17/10/15 HORA: _____ Nº DOTELEFONE: _____

HOSPITAL SOLICITANTE: Hosp. Est. João Hardman MUNICIPIO: Esperantina

MÉDICO: Antonio Lisboa da S. Filho CRM: 3611

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

() Obstetrícia (X) Trauma () Clínico () Cirúrgico () Psiquiatria () Outro _____

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: Paulo Ricardo Fialho Carvalho DW: 28/02/91

Idade: 24 anos Sexo: (X) Masculino () Feminino SUS: 4657335698600051

HDA: Fratura de antebraço com deslocamento

ESCALA DE GLASGOW:

ABERTURA OCULAR

- 4 - Espontânea
- 3 - Comandos
- 2 - A dor
- 1 - Nenhuma

RESPOSTA VERBAL

- 5 - Orientado
- 4 - Confuso
- 3 - Palavras inapropriadas
- 2 - Palavras incompreensíveis
- 1 - Nenhuma

RESPOSTA MOTORA

- 6 - Obedece a comandos
- 5 - Localiza dor
- 4 - Movimento de retirada
- 3 - Flexão anormal
- 2 - Extensão anormal
- 1 - Nenhuma

SINAIS VITAIS

Tax: _____ °C P: _____ bpm R: _____ mrm PA: _____ mmHg Sat O₂: _____ Glicemia: _____ mg/dl

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

- () Oxigênio () Hidratação Venosa
- () Aspiração () Medicação
- () Curativo () Outros: _____

EXAMES REALIZADOS (Enviar Cópia)

HOSPITAL DE DESTINO

Hospital: NUT

Clínica/Posto: Ortopedia Senha: 201310170040

Antonio Lisboa da S. Filho
Ortopedia/Traumatologia
CRM: 3611

Assinatura e carimbo do Médico

22/10/15
mm





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA BPA INDIVIDUALIZADO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERESINA - PI

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

2 - CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

4 - NOME DO PACIENTE

PAULO RICARDO FORTES CARVALHO

3 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - DATA NASCIMENTO

6 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

7 - CPF DO PACIENTE

8 - NOME DA MÃE

DDD

9 - TELEFONE DE CONTATO

10 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BARRIO)

13 - SEXO

MASC. ☐ FEM. ☐

14 - RAÇA / COR

15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

16 - CÓDIGO INE - MUNICÍPIO

17 - UF

18 - CEP

PROCEDIMENTO SOLICITADO (PRINCIPAL)

19 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

20 - NOME DO PROCEDIMENTO

CT QUADRIL DIL

21 - QTD

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

22 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

traq. AETABUS (D)

23 - CID10 PRINCIPAL

24 - CID10 SECUNDÁRIO

25 - CID10 CAUSAS ASSOCIADAS

26 - OBSERVAÇÕES

Paciente com 48 anos em pós-op. de artroscopia de quadril (AETABUS) com aparcia para fun
articular.

SOLICITAÇÃO

27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Leandro Lima

28 - DATA DA SOLICITAÇÃO

25/7/16

29 - DOCUMENTO

() CNS (X) CPF

30 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

89267370391

31 - ASSINATURA E CARIMBO (P. REGISTRO DO C. S. CONSELHO)

Dr. Leocádio S. S.

Ortopedia e Traumatologia

CRM 4468 - TEQT 12409

32 - ASSINATURA E CARIMBO (P. REGISTRO DO C. S. CONSELHO)

AUTORIZAÇÃO

33 - CBO

34 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

35 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

36 - Cód. Órgão Emissor

37 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR



| TIPO DE CASA | |
|---------------------------|-------------------------------------|
| Teto: Adobe | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Tela revestida | |
| Tela não revestida | |
| Madeira | |
| Materiais aproveitados | |
| Outros Especificar: | |
| Número de cômodos/peças | 06 |
| Energia elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> |
| DESTINO DO LIXO | |
| Coleta seletiva | |
| Coleta seletiva enterrada | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Lixo a céu aberto | |

| TRATAMENTO DA ÁGUA NO DOMICÍLIO | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| Filtro | |
| Cloração | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Outro tratamento | |
| ABASTECIMENTO DE ÁGUA | |
| Rede pública | |
| Outra rede pública | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Outros | |
| DESTINO DE FEZES E URINA | |
| Sistema de esgoto (rede geral) | |
| Fossa | |
| Caso aberto | <input checked="" type="checkbox"/> |

OUTRAS INFORMAÇÕES

| | | | |
|--|-------------------------------------|---|--|
| Alguma da família possui Plano de Saúde? | <input checked="" type="checkbox"/> | Número de pessoas cobertas por Plano de Saúde | |
| Código do Plano de Saúde | | | |

| EM CASO DE DOENÇA PROCURA | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Hospital | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Unidade de Saúde | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Bombadeiro | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Farmácia | |
| Outros Especificar | |
| MEIOS DE COMUNICAÇÃO QUE MAIS UTILIZA | |
| Telefone | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Outros | |
| Outros Especificar | |

| PARTICIPA DE GRUPOS COMUNITÁRIOS | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Cooperativa | |
| Grupo religioso | |
| Associações | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Outros Especificar | |
| MEIOS DE TRANSPORTES QUE MAIS UTILIZA | |
| Ônibus | |
| Caminhão | |
| Carro | |
| Carruagem | |
| Outros Especificar | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBSERVAÇÕES



PLANO DE ALTA HOSPITALAR DE ENFERMAGEM

NOME: Paulo Ricardo de Freitas Carnevalho N° DO PRONTUÁRIO: _____
 DATA: 05/11/2015 HORÁRIO: 09:30 CLÍNICA: Ortopedia ENF/LEITO: 25

1. CONDIÇÕES DO PACIENTE NO MOMENTO DA ALTA

Nível de consciência/orientação: Consciente() Orientado() Desorientado() Torporoso()

Resposta Motora: Sem déficit motor() Com déficit motor()

Resposta Verbal Física() Disfônico() Afônico()

2. MEDICAÇÕES PARA USO EM CASA

Celebrexina 500 mg; Tiamol 50 mg; Phosphid 12/12 h se dor;
Verba 40 mg.

3. DISPOSITIVOS EM USO

| Curativo | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Cateter de duplo lumen | | |
| Sonda vesical de demora | | |
| Sonda vesical de alívio (Cateterismo intermitente) | | |
| Dreno | | |
| Fixador externo ortopédico | | |
| Sonda enteral/nasogástrica | | |
| Colostomia | | |
| Outro, especifique | | |

4. ORIENTAÇÕES PARA A ALTA

Fazer uso de medicação segundo prescrição médica, manter tempo e
deca incisão cirúrgica e agendar retorno para avaliação.

5. GRAU DE DEPENDÊNCIA: () Grau I () Grau II () Grau III () Grau IV*

6. ORIENTAÇÕES PARA ENCAMINHAMENTOS:

*CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE DEPENDÊNCIA DO PACIENTE EM RELAÇÃO AO CUIDADO PÓS-ALTA

GRAU I

- * DEAMBULA SEM AUXÍLIO;
- * TOMA BANHO E ALIMENTA-SE SOZINHO;
- * SEM DESVIOS DE COMPORTAMENTO;
- * ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DO AUTO-CUIDADO

GRAU II

- * NECESSITA DE AUXÍLIO NA DEAMBULAÇÃO NO BANHO E NA ALIMENTAÇÃO;
- * SEM DESVIOS DE COMPORTAMENTO;
- * QUANTIDADE MODERADA DE MEDICAMENTO;
- * ORIENTAÇÃO E AUXÍLIO NO AUTO-CUIDADO;
- * PRESENÇA DE SVD, SNG, CURATIVOS E OUTROS;
- * CUIDADOS PÓS-OPERATÓRIO DE ROTINA;

GRAU III

- * NECESSITA DE AUXÍLIO NA DEAMBULAÇÃO, NO BANHO E NA ALIMENTAÇÃO
- * CUIDADOS PÓS-OPERATÓRIO COMPLEXO;
- * ALTERAÇÕES DISCRETAS DE COMPORTAMENTO;
- * OBSERVAR FREQUENTEMENTE AS CONDIÇÕES GERAIS DO PACIENTE;

GRAU IV

- * ACAMADO NO LEITO
- * HIGIENE NO LEITO;
- * ALIMENTAÇÃO POR TUBOS OU NUTRIÇÃO PARENTERAL TOTAL;
- * REQUER MEDIDAS COMPLEXAS PARA MANUTENÇÃO DA VIDA;
- * COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS;
- * INCONSCIENTES OU COM DESVIO NO PADRÃO DE COMPORTAMENTO;

Josiana Regina G. de Sousa
 Enfermeira
 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL(A) CARIMBO



**EBSERH**Hospital
Universitário

Nº

Central de Regulação de Consultas

Hospital Universitário
Universidade Federal do Piauí
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBSERH/Filial Piauí

| | |
|---|--|
| Ficha para Agendamento de Consultas | |
| Especialidade ORTOPEDIA JOSE AUGUSTO | Nº Cartão SUS 185733569860005 |
| Nome do Paciente (preencher sem abreviar) PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO | |
| Raça/Cor Parda | |
| Nascimento 19/02/1992 | Idade 23 anos |
| Sexo <input checked="" type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem | RG/CPF 3460650 |
| Nome da mãe MARIA HELENA FREITAS | |
| CEP 64190000 | |
| Endereço (Logradouro, Número/Lote) SANTO ANTONIO 0 | |
| Bairro ZONA RURAL | Complemento |
| Município BATALHA | UF PI |
| Fones (86) 99272422 | |
| Dados Clínicos EXAMES | |
| Carimbo/Assinatura do Profissional de Saúde | |
| Data: | |
| Dados do Agendamento | |
| Local de Atendimento | |
| Endereço (Logradouro, Número/Lote) | |
| Nome do Profissional de Saúde | |
| Data e Hora p/ Comparecimento / / às : | Carimbo/Assin. Respons. Pelo Agendamento |

CARO USUÁRIO

Compareça à unidade de Saúde 30 (trinta) minutos antes da hora marcada.

Só entregue esta ficha se houver atendimento.

Se você não for consultado, retorne ao posto mais próximo para que seja agendada nova consulta.

Rafael Nunes de Oliveira
MÉDICO
CRM-PI 5531

Retorno





Nº

Central de Regulação de Consultas

| Ficha para Agendamento de Consultas | | | |
|---|---------|---|---------------|
| Especialidade | | Nº Cartão SUS | |
| ORTOPEDIA JOSE AUGUSTO HU | | 165733569860005 | |
| Nome do Paciente (preencher sem abreviar) | | Raça/Cor | |
| PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO | | Parda | |
| Nascimento | Idade | Sexo | RG/CPF |
| 19/02/1992 | 23 anos | <input checked="" type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem | 3460650 |
| Nome da mãe | | CEP | |
| MARIA HELENA FREITAS | | 64190000 | |
| Endereço (Logradouro, Número/Lote) | | | |
| SANTO ANTONIO 0 | | | |
| Bairro | | Complemento | |
| ZONA RURAL | | | |
| Município | | UF | Fones |
| BATALHA | | PI | (86) 99272422 |
| Dados Clínicos | | | |
| POS OP DE FRATURA DE ACETABULO | | | |
| Data | | Carimbo/Assinatura do Profissional de Saúde | |
| | | | |
| Dados do Agendamento | | | |
| Local de Atendimento | | | |
| | | | |
| Endereço (Logradouro, Número/Lote) | | | |
| | | | |
| Nome do Profissional de Saúde | | | |
| | | | |
| Data e Hora p. Comparecimento | | Carimbo/Assin. Respons. Pelo Agendamento | |
| / / às | | | |
| CARTÃO USUÁRIO | | Nº DA AUTORIZAÇÃO | |
| Compareça a unidade de Saúde 30 (trinta) minutos antes da hora marcada. | | | |
| Só entregue esta ficha se houver atendimento. | | | |
| Se você não for consultado, retorne ao posto mais próximo para que seja agendada nova consulta. | | | |

ENTREGUE ESTA FICHA AO PROFISSIONAL DE SAÚDE

Dr. Gerardo Neto
R. 1100052/08



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA
BPA INDIVIDUALIZADO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERESINA - PI



HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE
Hospital Universitário do Piauí (HU-UFPI)

2 - CNES
3.285.391

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - Nº DO PRONTUÁRIO
3509338

5 - DATA DE NASCIMENTO
19/02/1992

4 - NOME DO PACIENTE
PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO

6 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE
165733569860005

7 - CPF DO PACIENTE
069.875.073-09

8 - NOME DA MÃE
MARIA HELENA FREITAS

9 - TELEFONE DE CONTATO
(86) 99272422

10 - NOME DO RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA Nº BAIRRO)
SANTO ANTONIO 0 ZONA RURAL

13 - SEXO
Masc. ☒ Fem. ☐

14 - RAÇA / COR
Parda

15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
BATALHA

16 - COD. IBGE
2201507

17 - UF
PI

18 - CEP
64190000

PROCEDIMENTO SOLICITADO (PRINCIPAL)

19 - CÓDIGO PROCEDIMENTO
0302050027

20 - NOME DO PROCEDIMENTO
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS

21 - QDDE
20

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

22 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO
FRATURA DO ACETABULO DIREITO

23 - CID 10 PRINCIPAL
S32.4

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

26 - OBSERVAÇÕES

PACIENTE EM 2º DPO OSTEOSINTESE DE FRATURA DE ACETABULO.
FISIO PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR EM MID, EVITAR CONTRATURAS.
EVITAR CARGA.

SOLICITAÇÃO

27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
GEDEÃO LUSTOSA RIBEIRO NETO

28 - DATA DA SOLICITAÇÃO
05/11/2015

29 - ASSINATURA E CARIMBO Nº REGISTRO DO CONSELHO

30 - DOCUMENTO
() CNS (X) CPF

31 - Nº DOCUMENTO(CNS) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
034.330.573-97

AUTORIZAÇÃO

34 - CBO

35 - CNS DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

32 - ASSINATURA E CARIMBO Nº REGISTRO DO CONSELHO

37 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

38 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR



Requisição de exames



EBSERH



Hospital
Universitário

Preencher todos os campos

| | | | | | | | |
|--|--|--------------------------|----------------------|---------------------------------------|------------------------|--|--|
| Nome do Paciente (preencher sem abreviar) PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO | | | | | | Raça/Cor Parda | |
| Nº Cartão SUS 165733569860005 | | Nascimento 19/02/1992 | | Idade 23 anos | | Sexo <input checked="" type="checkbox"/> Mas <input type="checkbox"/> Fem | |
| RG/CPF 3460650 | | | | | | | |
| Nome da mãe MARIA HELENA FREITAS | | | | | | | |
| Endereço: Rua/AV. SANTO ANTONIO 0 | | | | | | Bairro ZONA RURAL | |
| Complemento | | CEP 64190000 | Município BATALHA | UF PI | Fones (86) 99272422 | CID 10 M25.5 | |
| Dados clínicos SEGUIMENTO PO RX DE QUADRIL DIREITO REALIZAR INCIDÊNCIA ALAR E OBTURATRIZ | | | | | | | |
| Exames solicitados (No máximo três) 0204060095 - RADIOGRAFIA DE BACIA 0204060060 - RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL | | | | | | Carimbo/Assin. Respons. pela Marcação Data: | |
| Dados da Marcação Local ao Atendimento | | | | Endereço: | | | |
| Data e Hora do Atendimento | | Nº da Marcação | | Carimbo/Assin. Respons. pela Consulta | | | |
| <p>Assinatura do Paciente / Responsável</p> <p>Este exame é pago pelo SUS, é proibida cobrança de qualquer taxa. Coordenação de Gestão do SUS. R. Gov. Artur de Vasconcelos, 730 - Centro/Sul Fone: (86) 3222-0797</p> | | | | | | | |

FORMULARIO TIPO III/11

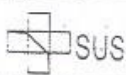
Rafael Nunes de Oliveira
MÉDICO
CRM-PI- 5537
Hospital Universitário
Universidade Federal do Piauí
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBSERH/Filial Piauí



Assinado eletronicamente por: CIRA SAKER MONTEIRO ROSA - 19/08/2018 12:30:25

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18081912302510500000003074113>

Número do documento: 18081912302510500000003074113



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da Saúde

LAUDO PARA BPA INDIVIDUALIZADO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

| | | | |
|---|--|------------------------------------|--|
| 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE | | 2 - CNES | |
| 3 - N° DO PRONTUÁRIO | | 4 - NOME DO PACIENTE | |
| 5 - DATA NASCIMENTO | | 6 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) | |
| 7 - CPF DO PACIENTE | | 8 - NOME DA MÃE | |
| 9 - TELEFONE DE CONTATO | | 10 - NOME DO RESPONSÁVEL | |
| 11 - TELEFONE DE CONTATO | | 12 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO) | |
| 13 - SEXO MASC. <input type="checkbox"/> FEM. <input type="checkbox"/> | | 14 - RAÇA/COR | |
| 15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA | | 16 - CÓDIGO IBGE - MUNICÍPIO | |
| 17 - UF | | 18 - CEP | |

PROCEDIMENTO SOLICITADO (PRINCIPAL)

| | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 19 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO | 20 - NOME DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL | 21 - DT(DI) |
| | TC BACIA | 01 |
| 22 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO | | |
| Ex Autoclavo | | |
| 23 - CID10 PRINCIPAL | 24 - CID10 SECUNDÁRIO | 25 - CID10 CAUSAS ASSOCIADA |
| S32K | | |
| 26 - OBSERVAÇÕES | | |

pot. gressões Autoclavo @
c/ da.

SOLICITAÇÃO

| | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------------|---|
| 27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE | | 28 - DATA DA SOLICITAÇÃO | 29 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL E N° REGISTRO DO CONSELHO |
| Dr. de Sampaio | | 05-05-18 | |
| 30 - DOCUMENTO () CNS () CPF | 31 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE | | 35 - N° DA AUTORIZAÇÃO (APAC) |
| AUTORIZAÇÃO | | | |
| 32 - CBO | 33 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | 34 - DATA DA AUTORIZAÇÃO | |
| 37 - Cód. Órgão Emissor | 38 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | |

Dr. José de Sampaio
CRM-P1 43701-0
RGT 13855 / CNS 98000



Requisição de exames



EBSERH



Hospital
Universitário

Preencher todos os campos

| | | | | | |
|--|--------------------------|----------------------|--|--|-----------------|
| Nome do Paciente (preencher sem abreviar) PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO | | | | Raça/Cor Parda | |
| Nº Cartão SUS 165733569860005 | Nascimento 19/02/1992 | Idade 23 anos | Sexo <input checked="" type="checkbox"/> Mas. <input type="checkbox"/> Fem. | RG/CPF 3460650 | |
| Nome da mãe MARIA HELENA FREITAS | | | | | |
| Endereço: Rua/AV. SANTO ANTONIO 0 | | | | Bairro ZONA RURAL | |
| Complemento | CEP 64190000 | Município BATALHA | UF PI | Fones (86) 99272422 | CID 10 M25.5 |
| Dados clínicos SEGUIMENTO PO RX DE QUADRIL DIREITO REALIZAR INCIDÊNCIA ALAR E OBTURATRIZ | | | | | |
| Exames solicitados (No máximo três) 0204060095 - RADIOGRAFIA DE BACIA 0204060060 - RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL | | | | Carimbo/Assin. Respons. pela Marcação Data: | |
| Dados da Marcação Local de Atendimento | | Endereço: | | | |
| Data e Hora do Atendimento | | Nº da Marcação | | Carimbo/Assin. Respons. pela Consulta | |
| <p>Este exame é pago pelo SUS, é proibida cobrança de qualquer taxa. Coordenação de Gestão do SUS. R. Gov. Artur de Vasconcelos, 730 - Centro/Sul Fone: (86) 3222-0797</p> | | | | | |
| Assinatura do Paciente / Responsável | | | | | |

FORMULARIO TIPO III/11

Hospital Universitário
Universidade Federal do Piauí
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBSERH/Filial Piauí

Assinatura de Oliveira
MEDICO
R.M.P. 5531



Assinado eletronicamente por: CIRA SAKER MONTEIRO ROSA - 19/08/2018 12:30:25

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18081912302510500000003074113>

Número do documento: 18081912302510500000003074113

Sumário de Alta

folha: 1 / 1

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Paulo Ricardo de Freitas Carvalho

Idade: 23 anos 8 meses

Data internação: 27/10/2015

Convênio: Sus

Equipe responsável: Marcelo Barbosa Ribeiro
Centro Custo 1

Sexo: Masculino

Data Alta: 05/11/2015

Prontuário: 350933/8

Leito: 0002B

Permanência: 9 dias

2. DIAGNÓSTICOS

Motivos da internação

fratura do acetabulo (s32.4)

Diagnóstico principal na Alta

Fratura do acetabulo (S32.4)

3. PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS

Cirurgias realizadas

03/11/2015 Osteossíntese de acetabulo

4. EVOLUÇÃO

PACIENTE COM HISTÓRICO DE ACIDENTE DE MOTO HÁ MAIS OU MENOS 20 DIAS, EVOLUINDO COM FRATURA DE ACETÁBULO DIREITO(PAREDE POSTERIOR). REALIZADA OSTEOSSÍNTESE NO DIA 03/11/2015. PACIENTE SEGUE EM BEG, ASSINTOMÁTICO, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIDRATADO, CONSCIENTE E ORIENTADO. SEM ALTERAÇÕES NEUROVASCULARES EM MID

5. PLANO PÓS-ALTA

Motivo da Alta

Alta médica

Recomendações da Alta

Encaminhamento ao ambulatório do hospital

6. ESTADO DO PACIENTE NA ALTA

Melhorado

05/11/2015, 07:46 h.

Dr. GEDEAO LUSTOSA RIBEIRO NETO CRM 005788



Sumário de Alta

Identificação

Paulo Ricardo de Freitas Carvalho

Leito: 0002B

350933/8

FORM. SUMÁRIO ALTA 05/11/2015 07:46:26 382840-11517-1





NOME DO PACIENTE: Paulo Ricardo de Freitas Carvalho

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 377 329

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS"





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Núcleo Hospitalar de Emergência
Visto em
24/10/15 às 11:25
Cleonice Pereira

SUS

BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

| | | |
|--|---------------------------------|-------------------------------------|
| Nome: PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO | | Prontuário: 377329 |
| Mãe: MARIA HELENA FREITAS | Pai: VICENTE DA COSTA CARVALHO | |
| End.Resid.: LOCALIDADE SANTO ANTONIO - ZONA RUARAL - BATALHA - PI - CEP: 64190-000 | | |
| Nascimento: 19/02/1992 | Idade: 23a:8m:28d | Sexo: Masculino Fone: 86-99927-2422 |
| Responsável: ANA PAULA DE FREITAS CARVALHO | CNS: 165733569860005 | |
| Profissão: LAVRADOR | Documento: RG: 3460650 - SSP-PI | |
| G. Instrução: Fundamental Incompleto | E.Civil: Solteiro(a) | |
| End.Local.: - - - | | |

DADOS DO ATENDIMENTO:

| | | |
|--|---------------------------|--|
| Código: 500238 | Data: 17/10/2015 15:45:58 | Condução: AMBULÂNCIA UNIDADE INTERIORE |
| Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC | Convênio: S U S | |
| Acid.Trab.: Não | Acid. Trajeto: Não | Acid. Trab. Típico: Não CID Secundário: V299 |

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

| | | | |
|---|---|--------------------|-------------------------------|
| Sinal/Sintoma: TRAUMA MAIOR | Evento Principal: Mecanismo do trauma significativo | Destino: ORTOPEdia | Classificação: Laranja |
| Breve História: ÚLTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO. RELATA USO DE ALCOOL, SEM USO DE CAPACETE. SEM DE ORIENTAÇÃO, ORIENTADO, RESPONDENDO A ESTÍMULOS DIVERSOS. FRATURA DE ACERTAMENTO DO LOMBO DO LADO L. DE P. A ORTOPEdia. | | | Ass.Profissional Acolhimento: |

DADOS CLÍNICOS: (Hora: ____:____)

| | | | |
|---|-------------|-----------------|-------------|
| PA: ____ X ____ mmHg | Pulso: ____ | FC: ____ bpm | Temp.: ____ |
| CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES: | | | |
| MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO: | | | |
| DATA: ____/____/____ | | HORA: ____:____ | |

Assinatura Paciente ou Responsável

Assinatura - Profissional Médico





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

See also

[illegible]

007 - HUT



FHT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA



Fls Nº _____
Proc. Nº _____
Rubrica _____

DATA 12/10/15

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

| | |
|--|-----------------------|
| NOME DO PACIENTE: <u>Ricardo de Fátima</u> | PRONTUÁRIO Nº: _____ |
| DIAGNÓSTICO: _____ | CIRURGIA: _____ |
| ANESTESIA: _____ | Nº DA SALA: <u>05</u> |
| CIRURGIÃO: _____ | CPF Nº: _____ |
| AUXILIAR: _____ | CPF Nº: _____ |
| ANESTESIA: _____ | CPF Nº: _____ |
| INSTRUMENTADORA: <u>Jesui Monteiro</u> | CPF Nº: _____ |

MATERIAL DE CONSUMO

| DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO |
|-------------------------|-------|-----------|-------|--|--------|-----------|-------|
| AGULHA 25X8 | UNID. | | | LÂMINA DE BISTURI | UNID. | | |
| AGULHA 30X8 | UNID. | <u>01</u> | | LUVA Nº <u>3.0</u> | PAR | <u>02</u> | |
| AGULHA 40X12 | UNID. | <u>02</u> | | LUVA Nº <u>3.5</u> | PAR | <u>02</u> | |
| AGULHA RAQUE | UNID. | <u>02</u> | | LUVA DE PROCEDIMENTO | PAR | <u>08</u> | |
| ÁLCOOL 70% | ML | <u>80</u> | | PVPI DE GERMANTE | ML | <u>80</u> | |
| ALGODÃO | BOLA | | | PVPI TÓPICO | ML | <u>60</u> | |
| ÁGUA OXIGENADA | ML | | | PVPI TINTURA | ML | | |
| COMPRESSA | PAC. | <u>01</u> | | SERINGA 20CC | UNID. | | |
| EQUIPO MACRO-GOTA | UNID. | <u>01</u> | | SERINGA 10CC | UNID. | <u>02</u> | |
| ESPARADRAPO | CM | <u>30</u> | | SERINGA 5CC | UNID. | <u>02</u> | |
| ESCALPE Nº | UNID. | | | SERINGA 3CC | UNID. | | |
| FORMOL | ML | | | SORO FISIOLÓGICO | FRASCO | <u>03</u> | |
| GASES | PAC. | <u>05</u> | | SONDA URETRAL | UNID. | | |
| JELCO Nº | UNID. | <u>01</u> | | ELETRÓDOS | | <u>03</u> | |
| FIOS | UNID. | QUANT. | PREÇO | <p>OCCORRÊNCIA</p> <p>CATERE 02 — 01</p> <p>SALVO 10 — 01</p> <p>CRISTAL</p> <p>RESOLUÇÃO DE FHT-SAME</p> <p>CONFERE COM O ORIGINAL</p> <p>TERMINA EM 22/10/15</p> <p>SERVIDOR <u>Monteiro</u></p> | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG. | | | | | | | |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG. | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG. | | | | | | | |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG. | | | | | | | |
| ALCOFIL | | | | | | | |
| MONONYLON | | | | <p>ENFERMARIA:</p> <p>CIRCULANTE: <u>Monteiro</u></p> | | | |
| FITA UMBILICAL | | | | | | | |
| VICRYL | | | | | | | |
| PROLENE | | | | | | | |

MOD. 94





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

| | | |
|--|---------------------------------|-----------|
| Nome do Paciente <i>Paulo Ricardo de Freitas Costa</i> | | |
| Diagnóstico pré-operatório <i>Fratura de quadril D</i> | | |
| Operação - Tipo <i>Protese total de quadril</i> | | |
| Cirurgião <i>Dr. Bergier</i> | 1º Assistente <i>Dr. Thiago</i> | |
| 2º Assistente | 3º Assistente | |
| Instrumentador(a) | Anestesista | Anestesia |
| Anestésico(a) | | |
| Data da Operação | Início | Fim |
| Diagnóstico Pós-operatório | | |
| Relatório Imediato do Patologista | | |
| Acidente Durante a Operação | | |

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Protese total de quadril com abordagem por via anterior. Realizada a incisão de 12cm na região da coxa, exposição da articulação, preparação do acetábulo e do fêmur com uso de guias e brocas. Implantação da prótese e fechamento da ferida com sutura em camadas.

Dr. Bergier Barbosa Bezerra
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PI 3909

HUT-SAME
CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA
SERVIDOR: *Ambrósio*
22/10/15

Mod. 76 HUT





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pág: 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO** (Prontuário: 377329)
Endereço: LOCALIDADE SANTO ANTONIO - ZONA RUARAL - BATALHA - PI CEP: 64190-000
Nascimento: 19/02/1992 Idade: 23a:8m:1d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 145541
Requisição: 575578 Solicitação: 20/10/2015 Solicitante: RICARDO SOARES VALENÇA
Controle: 725198 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 229 LEITO 217

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030037

Data Exame: 20/10/2015

T.C. DE QUADRIL DIREITO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10 mm de espessura com intervalo de 10 mm.

RELATÓRIO:

- FRATURA-AVULSÃO DO PILAR POSTERIOR DO ACETABULO, COM EXTENSÃO AO TETO.
- DEMAIS ESTRUTURAS OSTEOARTICULARES PRESERVADAS.

(ANTONIO

TERESINA - PI 20/10/2015

HERBERT GALENO PRADO MENDES

CPF: 854.812.033-91 CRM-PI 3242
Profissional Responsável

HUT-SAME
CONFERE COM O ORIGINAL
TERESINA-PI 20/10/15
SERVIDOR: *[Assinatura]*



Recetta geral
1ª Via

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella S/N
CEP 64059-450 Fone: (86) 3215-5656 - Teresina/PI

Hospital Universitário - Uipi

PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO

Uso Interno

■ PROFENID

1 CPS 12/12H SE DOR

1 CAIXA

■ VERSA 40 MG

APLICAR 0,4ML SC (NO ABDOME) POR 30 DIAS

30 SERINGAS

Dr. GEDEAO LUSTOSA RIBEIRO NETO - CRM 005788

Recetta geral
2ª Via

Campus Universitário Ministro
CEP 64059-450 Fone: (86) 321

Hospital Universitário

PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO

Uso Interno

■ PROFENID

1 CPS 12/12H SE DOR

1 CAIXA

■ VERSA 40 MG

APLICAR 0,4ML SC (NO ABDOME) POR 30 DIAS.

30 SERINGAS

Dr. GEDEAO LUSTOSA RIBEIRO NETO - CRM 00

Processado

4/8/27

06/11/2015 07:46:26

1 / 1

Transmitido

4/8/27

06/11/2015 07:46:26

DROGARIA GENÉRICA

MARIA DOS REMEDIOS BARBOSA PEREIRA SOUSA - ME

Rua Vereador Ramos, 865 - Centro

CEP 64.180-000 Esperantina - PI

CNPJ: 04.473.869/0001-04 CAGEP: 19.447.747-9

Nota Fiscal Venda ao Consumidor

SÉRIE "D-1"

1ª Via - Cliente
2ª Via - Fixa

8003

Nome: Paulo Ricardo de F. Carvalho Data: 09/05/16

CPF: _____

End: Santa Antônia 7.ª. Rua Cidade: Batalha Est.: PI

| Quant. | Unid. | DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS (Espécie, Qualidade, Marca, etc.) | PREÇOS R\$ | |
|--------|-------|--|------------|---------|
| | | | Unitário | TOTAL |
| 15 | ca | Verona 40mg/125ml | 99,28 | 1489,20 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL | | | | 1489,20 |

VENDEDOR(A)

GRÁFICA ESPERANTINA LTDA. AV. MIN. PETRÔNIO PORTELA, 2478 CNPJ: 07.242.100/0001-73 CAGEP: 19.300.132-2 ABIGRAF-PI 040 CMC: 20.383 ESPERANTINA - PI
03 BLOCOS 25x2 SÉRIE "D-1" DE 8001 À 8075 AIDF: Nº 125865500045/16 PAIDF: Nº 280695 9ª DIR. REGIONAL EM: 10-02-2016 VALIDADE 03 (TRÊS) ANOS

Não Vale Como Recibo





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL ESTADUAL DR. JÚLIO HARTMAN
ESPERANTINA - PI.



RECEITUÁRIO

Paciente:

Paulo Ricardo

= *Amoxicilina* ^{*500*} *mg*

1x 8/8h

31/11/18 *Je*

Em:

/ /

Médico



Campus Universitário Ministro Petrônio Portella S/N
CEP 64059-450 Fone: (86) 3215-5656 - Teresina/PI

Receita especial
2ª Via

Hospital Universitario - Ufpi

RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL

1ª VIA FARMÁCIA
2ª VIA PACIENTE

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Dr. GEDEAO LUSTOSA RIBEIRO NETO

CRM: CRM UF: PI Nº: 005788

Endereço Completo e Telefone: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella S/N
CEP 64059-450 Fone: (86) 3215-5656 - Teresina/PI

Cidade: Teresina UF: PI

Paciente: **PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO**

Endereço: SANTO ANTONIO 0, Bairro: ZONA RURAL, BATALHA/PI CEP: 64190000

Uso Interno

- CEFALLEXINA 500 MG 28 CPS
1 CPS 6/6H POR 7 DIAS
- TRAMAL 50 MG 1 CAIXA
1 CPS 6/6H SE DOR INTENSA



Dr. GEDEAO LUSTOSA RIBEIRO NETO - CRM 005788

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome:
Ident:
End:
Cidade:
Telefone:

Org. Emissor:

UF:

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do farmacêutico

Data

03/11/2015 07:46:26

03/11/2015 07:46:26

03/11/2015 07:46:26

2 4





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª VARA-JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

PROCESSO: 0026820-26.2017.4.01.4000
CLASSE: CÍVEL / PREVIDENCIÁRIO / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO / JEF
AUTOR(A): PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
JUIZ FEDERAL: DR.DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL

S E N T E N Ç A – Tipo “A”

Vistos etc.

Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995, combinado com o artigo 1º da Lei nº 10.259/2001.

A demanda tem por objeto a **concessão/restabelecimento do benefício de auxílio-doença e/ou sua conversão em aposentadoria por invalidez**, conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

A aquisição do direito ao benefício reclamado pressupõe a satisfação cumulativa de três requisitos: (a) a existência de incapacidade para o trabalho; (b) a qualidade de segurado do RGPS na data de início da incapacidade; e (c) o cumprimento da carência prevista em lei.

No caso, o laudo de exame técnico realizado para subsidiar o julgamento da causa aponta que o autor é portador da enfermidade: *Fratura de acetábulo – CID 10 S32.4*, que **não causa incapacidade funcional atualmente, mas houve incapacidade entre outubro de 2015 a junho de 2016**.

À vista da conclusão do laudo pericial, embora não haja incapacidade atual, fez necessária a análise da qualidade de segurado e do cumprimento da carência no período em que houve incapacidade.

Nesse ponto, no que pertine à qualidade de segurado e ao preenchimento da carência no período em que houve incapacidade, conforme consulta ao CNIS e documentos dos autos, não resta dúvida quanto ao cumprimento desses requisitos, os quais foram reconhecidos pelo réu quando da concessão de auxílio-doença **(NB: 6133811521) entre 19.02.2016 a 30.03.2016**.

Verifica-se, portanto, que o benefício foi cessado quando o autor ainda estava incapaz, de modo que, embora não caiba mais a implantação do benefício, porquanto não há incapacidade atualmente, subsiste direito às parcelas do benefício vencidas entre o dia imediatamente posterior à cessação **(31.03.2016)** até o fim do impedimento, que ocorreu depois de 07 meses da cirurgia da fratura (item j do laudo médico), isto é, até o final de junho de 2016 **(30.06.2016)**.

054120F19AACFE1801EABDCA1D9EFF2A





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª VARA-JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

Ao lume do exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO**, nos termos do art. 487, I, do CPC, apenas para condenar o réu a pagar à parte autora **as prestações de auxílio-doença** vencidas entre o dia posterior à cessação (31.03.2016) até o término da incapacidade (30.06.2016), sem implantação do benefício.

Juros e correção monetária pelos índices e critérios fixados pelo STF, no julgamento do RE 870947/SE (atualização monetária segundo o IPCA-E desde a data fixada nesta sentença, e juros moratórios conforme a remuneração da caderneta de poupança desde a citação, na forma do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97).

Sem custas e sem honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se requisição de pequeno valor – RPV para a satisfação da obrigação pecuniária na qual o INSS foi condenado, bem como para o ressarcimento das despesas realizadas pelo juízo com a produção das provas técnicas necessárias ao julgamento da causa (Lei nº 10259/2001, art. 12, § 1º, segunda parte).

Comunicado o cumprimento das RPV, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

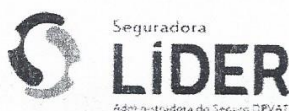
P. R. I.

TERESINA/PI, 02 de agosto de 2018.

DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
Juiz Federal da 8ª Vara / SJPI

054120F19AACFE1801EABDCA1D9EFF2A





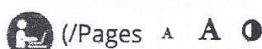
(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

(/Pages A A 0
/Acessibilidade.aspx)

(/Pages

/Atalhos-
COMO PEDIR INDENIZAÇÃO
de-Teclado.aspx)

Documentos Despesas

Médicas (/Pages

/Documentacao-

Despesas-

Medicas.aspx)

Documentos Invalidez

Permanente (/Pages

/Documentacao-

Invalidez-

Permanente.aspx)

Documento Morte

(/Pages

/Documentacao-

Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis

(/Pages/Dicas-

Indispensaveis-

Para-Pedir-

a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160113426 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA PAULO RICARDO DE FREITAS CARVALHO**
COBERTURA DAMS**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO****SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO****BENEFICIÁRIO PAULO RICARDO DE FREITAS****CARVALHO****CPF/CNPJ: 06987507309****Posição em 04-05-2017 15:47:41****Pedido de indenização cancelado.**

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages

/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos

Efetuados (/Pages

/Consulta-

a-Pagamentos-

04/05/2017 15:48

